



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)


# **Clipping Local e Nacional On-line**

**Nesta edição 10 matérias**

**Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM**

**Manaus, segunda-feira, 18 de julho de 2011**

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Carga tributária pode chegar a 34,9% do PIB.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> No País, terminais de contêiner têm déficit de US\$ 4 bi .....	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Legislação emperra investimentos de R\$ 6 bi em portos .....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Onda de desânimo se espalha pela indústria .....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Consumo movido por importações .....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Metalúrgicos contra importados .....	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Indústria afeta arrecadação na Bahia e no Amazonas .....	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Um plano de segurança para a Copa.....	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Avanço desigual da receita do ICMS .....	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Governo prepara a troca de material didático por tablet .....	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Carga tributária pode chegar a 34,9% do PIB</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Cálculo de especialista em finanças públicas mostra que alta de 1,3 ponto porcentual este ano virá da arrecadação de impostos e contribuições federais**

**Fabio Graner / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo**

O brasileiro vai pagar um volume bem maior de impostos neste ano em relação ao tamanho da economia. De acordo com cálculos do economista Amir Khair, especialista em finanças públicas, a carga tributária deve crescer 1,3 ponto porcentual do Produto Interno Bruto (**PIB**), passando de 33,6% em 2010 para 34,9% do **PIB** em 2011, impulsionada pela arrecadação de impostos e contribuições federais.

Nas contas de Khair, os tributos estaduais devem perder participação em relação ao tamanho da economia e os municipais ficarão praticamente estáveis. O movimento, segundo ele, reflete a retirada de desonerações fiscais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a recuperação do valor do Imposto de Renda das empresas, que sofreram queda em 2010, como reflexo da crise de 2009, e, de maneira geral, à dinâmica favorável da economia, que tem gerado emprego e renda.

"O carro-chefe do crescimento da arrecadação neste ano será a evolução do lucro e do faturamento das empresas e o crescimento da massa salarial, que eleva a arrecadação da Previdência Social, o FGTS e o imposto de renda dos trabalhadores."

O economista fez as estimativas com base nos dados de arrecadação divulgados pela Receita Federal e pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) referentes a 2010 e também ao período de janeiro a maio de 2011 - extrapolando para o restante do ano o comportamento


observado até maio. E considerou um crescimento econômico de 4,5% para este ano.

O último dado oficial da carga tributária, divulgado pela Receita Federal, é referente a 2009, quando, segundo o órgão, os tributos arrecadados pela União, Estados e Municípios representaram 33,58% do **PIB**. Nos cálculos de Khair, o indicador naquele ano ficou em 33,2% do **PIB**.

O economista reconhece que a carga de impostos no **Brasil** poderia ser reduzida, embora não considere que seu nível represente uma anomalia. "A carga tributária é definida em função da Constituição, do perfil do Estado", disse, lembrando que o perfil do gasto público, com maior ou menor proteção social, tem de ser levado em conta para comparações internacionais.

De qualquer forma, ele reconhece que uma carga elevada provoca problemas para a economia. "Ter carga tributária alta é ruim porque estimula a informalidade e a sonegação", disse. Ele também considera que no **Brasil** particularmente, além de alta, a carga é mal distribuída, com maior peso de tributação no consumo, que sobrecarrega os mais pobres, e menos na renda.

Para Khair, porém, o problema de competitividade e ineficiência da economia brasileira, e que também impede uma redução significativa da carga tributária, é o elevado nível de taxa de juros, acima do praticado internacionalmente. "A anomalia é a Selic e não a carga tributária."

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>No País, terminais de contêiner têm déficit de US\$ 4 bi</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Cálculos de especialistas mostram que, se nada for feito, o gargalo nos portos pode chegar a US\$ 10 bilhões até o fim desta década**

#### Renée Pereira - O Estado de S.Paulo

As restrições criadas pelo **Governo Federal** para a construção de novos terminais portuários no **Brasil** estão comprometendo a expansão do transporte em contêiner - aquelas caixas de metal padronizadas que transportam produtos distintos, de café e açúcar a celulares e roupas de grife. Calcula-se que o País tenha hoje um déficit de US\$ 4 bilhões em novos terminais de contêineres para atender uma demanda reprimida que não para de crescer.

No Brasil, a revolução do transporte em contêiner desembarcou com força no fim dos anos 90 depois da privatização dos portos. Nas mãos da iniciativa privada, os terminais foram ampliados e modernizados. Trocaram os antigos guindastes por equipamentos automatizados, que conseguiam movimentar dezenas de contêineres por hora. Em seis anos (de 1999 a 2005), eles triplicaram o volume de cargas movimentadas.

Entre 2006 e 2010, com uma base maior, o ritmo diminuiu um pouco: cresceu 19% no período. Uma das justificativas é a capacidade dos terminais, que estaria no limite. Depois de todos os investimentos feitos, há pouca margem de manobra para as empresas ampliarem os terminais. A maioria está instalada dentro de portos públicos, estrangulados pelo crescimento urbano.

O diretor executivo da Associação dos Usuários dos Portos da Bahia (Usuport), Paulo Villa, destaca que, desde a privatização, a iniciativa privada investiu US\$ 2 bilhões nos terminais de contêineres. "Mas precisaríamos de US\$ 4 bilhões. Ou seja, ficamos com um gap de US\$ 2 bilhões. Junta-se a isso, a demanda de cabotagem que soma outros US\$ 2 bilhões de investimentos não realizados." Villa afirma que, se nada for feito, o déficit pode chegar a US\$ 10 bilhões até 2020.

Em Santos, maior porto da América Latina, a expansão da capacidade dos terminais tem se tornado uma das maiores preocupações da Companhia Docas do Estado de São Paulo

(Codesp), administradora do complexo. Hoje os terminais existentes conseguem atender até 3,2 milhões de teus (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés). Em 2010, no entanto, o volume já estava em 2,75 milhões de teus, ou seja, bem próximo do limite.

Filas. Mesmo assim, os números não revelam os enormes problemas que as empresas enfrentam durante os meses de pico, afirma o diretor da Hamburg Sud/Aliança, José Balau. "Entre setembro e novembro, a operação cresce 20%. Fica caótico, com filas de navios no mar e de caminhões, nas rodovias." Ele alerta que, em 2010, a situação já foi delicada nos portos brasileiros. "Neste ano deve ser pior", avisa ele, destacando que o setor tem apresentado crescimento de 20% no primeiro semestre.

No ano passado, os terminais portuários brasileiros movimentaram 74,6 milhões de toneladas de mercadorias em contêineres, 14% a mais que em 2009, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

O volume, no entanto, representa 62% do total de carga geral transportada pelos portos nacionais no ano. Isso significa que há um mercado potencial grande para os contêineres. Mas falta terminais para atender toda essa demanda.

"A privatização melhorou de forma significativa a operação portuária. Mas precisamos inaugurar uma nova fase de investimentos da iniciativa privada", afirma o consultor da Porto Assessoria, Nelson Carlini, ex-presidente da CMA CGM - uma das maiores companhias marítimas do mundo. Ele destaca que há cerca de 4 ou 5 projetos em construção no País. Mas, quando começarem a operar, vão apenas conseguir estancar a demanda reprimida atual.

Em Santos, dois projetos devem começar a funcionar no ano que vem: Emraport e **Brasil** Terminais Portuários (BTP). Mas sozinhos eles vão apenas amenizar a situação do complexo santista. Segundo estudo feito pelo Banco Interamericano de **Desenvolvimento** (BID) e The Louis Berger Group Inc., o porto brasileiro poderá dobrar de tamanho até 2024, e bater a marca de 229 milhões de toneladas. Neste ano, a expectativa é ultrapassar a barreira de 100 milhões de toneladas.

Na opinião dos executivos, o **Brasil** está demorando muito para enxergar a gravidade do problema. Um novo terminal portuário demora entre 5 e 6 anos para sair do papel. Alguns gastaram até 12 anos para fazer as primeiras movimentações, como é o caso de Itapoá, em Santa Catarina. O terminal foi inaugurado em dezembro do ano passado, mas só começou a funcionar em 16 de junho por causa da falta de acesso terrestre e licença de operação.

Itapoá, no entanto, não está sozinho nesse longo caminho para tornar um projeto realidade no Brasil. O Porto de Navegantes, também instalado no litoral catarinense, demorou nove anos para receber o primeiro navio no cais. Mesmo tempo levou o terminal da Embraport para conseguir o licenciamento de início das obras. "Os exemplos mostram que

não podemos perder tempo. Um projeto iniciado hoje, no mínimo, começará a funcionar em cinco anos."

Outra recomendação dos executivos é optar por terminais em áreas virgens, fora dos portos públicos e de áreas densamente povoadas. "Temos de seguir o modelo do porto-indústria, como em Suape (Complexo Industrial e Portuário de Suape), em Pernambuco. Para isso, é preciso espaço para a instalação de indústrias e empresas de serviço. Esse é o conceito que vem sendo adotado na China e Coreia", diz Balau, da Hamburg Sud/Aliança, companhia marítima responsável por um quarto de toda movimentação de contêiner na costa brasileira.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Legislação emperra investimentos de R\$ 6 bi em portos</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### Investidores e representantes do setor reclamam do aumento de normas restritivas ao capital privado

#### Renée Pereira - O Estado de S.Paulo

A principal justificativa dos investidores para o descompasso entre oferta e demanda nos portos brasileiros são os entraves na legislação. Desde o ano passado, os investidores que pretendem construir terminais portuários de uso privativo têm de comprovar que o empreendimento vai movimentar carga própria e não carga de terceiros.

Quase todos os portos que estão em construção no País foram projetados antes da atual regra (Decreto 6620), como é o caso da Embraport, da Brasil Terminais Portuários (BTP) e os portos do empresário Eike Batista. Navegantes e Itapoá, em Santa Catarina, também escaparam das restrições. A partir da publicação da regra, os projetos foram engavetados.

Mas esse não é o único problema que aflige os investidores. O governo e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) decidiram inovar em algumas medidas e regras, que estão represando um investimento de R\$ 6 bilhões, afirma o presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Wilen Manteli.

Uma delas veio a público no início deste ano, quando o Governo Federal decidiu ressuscitar um decreto-lei de 1946 para iniciar a cobrança de uma taxa pelo uso do espelho d'água em portos, marinas, estaleiros e plataformas. A medida, prevista na Portaria 24 não só vai na contramão das reivindicações de redução da carga tributária como também

diminui a competitividade do produto nacional, uma vez que aumenta o custo do frete.

Segundo Manteli, os entraves criados pelo governo não param por aí. Outra inovação que tem deixado os investidores em compasso de espera é a exigência do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE), nos moldes da Resolução nº 1.642, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Um terminal que faça hoje um pedido para ampliação de área ou reforma e melhoria do complexo precisa apresentar o mesmo estudo de viabilidade econômica que um novo arrendatário ou novo investidor.

O ponto mais crítico dessa medida é o item que limita a taxa interna de retorno do negócio. Manteli explica que essa regra foi estabelecida originalmente para novos empreendimentos, mas agora está sendo adotada também para ampliações e reformas. "O governo precisa permitir que a iniciativa privada tome seu espaço no setor. Hoje as regras não são atraentes, elas afugentam o investidor", diz o presidente do Centro Nacional de Navegação (Centronave), Elias Gedeon.

Mesma reclamação faz o consultor da Porto Assessoria, Nelson Carlini, ex-presidente da CMA CGM: "Há uma resistência grande em relação ao aumento do investimento privado. Precisamos reduzir as restrições."

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Onda de desânimo se espalha pela indústria</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Com inflação em alta, real apreciado e turbulência no mercado externo, empresários já suspendem investimentos

BRASÍLIA. Uma onda de desânimo vem tomando conta do setor produtivo e, aos poucos, o pessimismo começa a se traduzir em redução de investimentos e demissões. Na expectativa do anúncio da nova política industrial do governo, representantes de diversos segmentos da economia ouvidos pelo GLOBO - incluindo calçadista, têxtil, de plástico e papel - afirmam que a agenda econômica empacada no governo e a persistência de problemas como câmbio, inflação e turbulência internacional podem até não afetar o crescimento da economia neste ou no próximo ano (estimado em 4%), mas cobrarão a fatura no futuro.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), mostra que, em dez setores, houve queda no otimismo em junho, frente ao mesmo período do ano passado. Alguns dos indicadores são os mais baixos desde 2006. É o caso, por exemplo, do setor têxtil, no qual já foram registradas 354 demissões em maio. Essa indústria e a de calçados, que registou o fechamento de 3.417 vagas em maio, foram as primeiras a mostrar reversão no emprego.

- O ambiente mudou. Desde o fim de 2010, com a elevação da inflação e a retomada do ciclo de aperto monetário associado a fatores externos, o que se vê é a queda da confiança - afirma o economista-chefe da CNI, Flávio Castelo Branco.

#### No setor calçadista, demissões e fábricas no exterior

O economista Jorge Ferreira Braga, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), destaca que o Índice de Confiança da Indústria (ICI) passou de 109,9 pontos em maio para 107,1 pontos no mês passado, o menor nível desde outubro de 2009. Foram seis quedas consecutivas no semestre:

- Aumentou o número de empresas que pretende demitir nos próximos meses e os sinais de desindustrialização já aparecem. A maioria afirma estar sendo prejudicada pelo câmbio.

Das 1.146 empresas consultadas pela FGV, 30,2% pretendem ampliar o quadro de pessoal no trimestre de junho

a agosto e 11,3%, reduzi-lo. Em maio, esses percentuais haviam sido de 32,8% e 10,1%, respectivamente.

Empresas tradicionais do setor de calçados, como Vulcabrás e Picadilly, estão preferindo abrir fábricas no exterior. A Vulcabrás, por exemplo, vai abrir uma unidade na Índia, voltada à **produção** de peças que serão vendidas para o Brasil.

- Na Índia, o investimento para montar uma planta é entre 50% e 60% menor do que no Brasil. Vale mais a pena produzir lá e vender para cá - afirma o presidente da Abicalçados, Milton Cardoso.

#### Empresa de celulose suspende projeto de R\$5 bi

No setor de papel e celulose, fraudes na **importação** e o câmbio desfavorável já fizeram com que a Suzano e a International Paper (as duas maiores produtoras no país) perdessem quase 60% do mercado nacional para produtos **importados**. E a portuguesa Portucel Soporcel suspendeu um projeto de R\$5 bilhões no Mato Grosso do Sul.

- A indústria está sendo detonada - diz a presidente da associação setorial, Bracelpa, Elizabeth de Carvalhaes.

Segundo o diretor de Competitividade da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Fernando Bueno, o nível de emprego está sendo garantido a duras penas:

- De cada dez máquinas compradas no Brasil, seis são **importadas**. Sem medidas de competitividade, isso vai acabar batendo no caixa das empresas, e aí podem começar as demissões. No setor de máquinas, a mão de obra é qualificada e, por isso, as empresas seguram os empregados, mesmo que haja desaquecimento. Mas isso tem limite.

No setor automotivo, as compras externas saltaram mais de 850% nos últimos cinco anos. Mesmo aumentando suas **exportações** em 23,6% nos cinco primeiros meses do ano, o segmento de autopeças sofre com a entrada de **importados**. Enquanto as vendas externas somaram US\$4,3 bilhões no período, as **importações** totalizaram US\$6,1 bilhões, com um crescimento de 20,8%. Como resultado, houve um déficit de US\$1,59 bilhão.

Para o secretário-executivo da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, além de dar incentivos às empresas, o governo precisa investir na maior capacitação profissional dos trabalhadores. A posição do **Ministério do Desenvolvimento** é que não existe desindustrialização no país. A **produção** está crescendo e as empresas estão contratando, diz o ministro Fernando **Pimentel**. Mas ele admite que está havendo substituição de insumos e equipamentos por **importados**.



	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Consumo movido por <u>importações</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### **Indústria vê demanda doméstica atendida por bens do exterior em 2012**

BRASÍLIA. O crescimento da economia em 2012 - estimado em 4,1% pelo mercado financeiro - só será possível graças ao consumo das famílias brasileiras. Segundo representantes de dez setores ouvidos pelo GLOBO (entre eles, têxtil, de papel e celulose, calçadista e de máquinas e equipamentos), a população continua usufruindo do aumento da renda, tomando crédito e comprando mais. Mas essa demanda está sendo cada vez mais atendida por produtos importados, enquanto a indústria nacional continua perdendo competitividade.

Recentemente, dirigentes da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) estiveram em Brasília para tentar convencer o governo de que o vigor da demanda doméstica está sendo absorvido, em sua maior parte, pelo crescimento das importações. Nos últimos cinco anos, enquanto o mercado interno cresceu 115%, a expansão da produção foi de 45%. O restante foi coberto com veículos importados.

O grande problema, aponta o setor produtivo, é o crescimento de longo prazo da economia, que não terá condições de acontecer com a falta de investimentos e as dificuldades logísticas do país. A diretora-executiva da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), Elizabeth de Carvalhaes, lembra que o setor projeta investimentos de R\$20 bilhões até 2017. Mas para que isso se concretize, alega, é preciso melhorar o ambiente de negócios no país:

- O problema não é crescer em 2011 ou em 2012. É fazer isso a longo prazo. E isso só vai acontecer com desoneração para o setor produtivo.

### **"Commodities" puxam ganhos na indústria de alimentos**

No setor de bebidas, as empresas estão trabalhando com a capacidade instalada alta e já deveriam estar fazendo investimentos para ampliar seu parque fabril. Contudo, isso vem sendo adiado.

- O bom senso mostra que o aumento da capacidade instalada já deveria estar sendo preparado. Mas os aumentos dos custos com insumos como açúcar e da carga tributária do setor deixaram isso para outro momento - afirma o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Refrigerantes e Bebidas não Alcoólicas (Abir), Herculano Anghinetti.

O presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), Milton Cardoso, destaca que o setor já está no oitavo mês de queda na produção, enquanto o consumo de calçados continua crescendo.


Enquanto isso, segmentos que se beneficiam da alta nos preços das commodities vão na contramão do resto da indústria. O setor de alimentos é um exemplo. Cresceu 6,2% no primeiro trimestre, com aumento de 20% nas exportações, o que rendeu um saldo positivo de US\$7,5 bilhões. As empresas vão contratar, este ano, 4,5% a mais que em 2010. O setor emprega, atualmente, 1,5 milhão de pessoas no país. (Eliane Oliveira e Martha Beck)



VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
TÍTULO <b>Metalúrgicos contra <u>importados</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**SÃO PAULO.** Os metalúrgicos do ABC paulista prometem descer a Serra do Mar e parar o Porto de Santos. A manifestação, ainda sem data, será a segunda mobilização contra a importação de carros. No último dia 8, cerca de seis mil metalúrgicos de São Paulo e do ABC protestaram na Rodovia Anchieta, que liga a capital à Baixada Santista.

Alegando desnacionalização do setor, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre, diz que as montadoras e as marcas independentes, sem fábrica no Brasil, devem importar um milhão de carros este ano, quase um terço do mercado total e mais do que a produção da Volkswagen.  
(Wagner Gomes)

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Indústria afeta arrecadação na Bahia e no Amazonas</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### De São Paulo

#### O desempenho do setor industrial comprometeu a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da Bahia e do Amazonas.

No Estado nordestino, o apagão de apenas um dia no começo do ano paralisou por semanas o parque petroquímico baiano, principal fonte de receitas do **ICMS**. De acordo com o IBGE, a **produção** industrial da Bahia como um todo recuou 6,7% no acumulado de janeiro a maio, e somente o setor de produtos químicos retrocedeu 21%.

O **Superintendente** de administração tributária da Secretaria da Fazenda da Bahia, Cláudio Meirelles, reconheceu que o problema influenciou a arrecadação, que cresceu nominalmente 4% (R\$ 6,177 bilhões) e por pouco não zerou em termos reais, uma vez que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período registrou taxa de 3,86%. "Por questões de segurança, se uma usina petroquímica sofre um desligamento é muito difícil religar e fazê-la voltar à **produção** regular. Foi uma perda representativa, ainda dependemos fortemente do setor", justificou Meirelles.

Segundo ele, a arrecadação média mensal do **ICMS** na Bahia deve ficar entre R\$ 1,050 bilhão e R\$ 1,100 bilhão de agosto a dezembro, o que dobraria o desempenho verificado no primeiro trimestre. "Algodão e soja, commodities tradicionalmente **exportadas** pelo Estado, continuam com

preços atrativos, prevemos o ressurgimento da indústria petroquímica com novos programas de investimentos e também acreditamos que o consumo no varejo e atacado continuará firme."

A arrecadação do **Amazonas**, que cresceu 6,20% (nominal) no semestre, para R\$ 2,777 bilhões, foi afetada pela paralisação, a partir do início do segundo trimestre do ano, para obras de ampliação de várias fábricas **importantes** da **Zona Franca** de **Manaus**, como LG, Samsung e Semp Toshiba. Na comparação do primeiro trimestre de 2011 com o mesmo período de 2010, a receita de **ICMS** do Estado teve crescimento de 18,50%.

O secretário-executivo da Receita do Estado, Thomaz Nogueira, conta que as empresas já haviam programado a interrupção da **produção** no fim do ano passado e que a decisão vai gerar produtividade maior no segundo semestre. "Os estoques estavam altos, foi uma decisão estratégica. O que perdemos será recuperado até o fim do ano. Mantemos projeção de crescimento nominal do **ICMS** em 15% para 2011." (LM)

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Um plano de segurança para a Copa</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Nos próximos dias, a presidente Dilma Rousseff vai baixar decreto criando uma secretaria especial de segurança para a Copa do Mundo, que vai coordenar todas as forças federais e estaduais, civis e militares de segurança durante o evento. Está para sair também medida provisória, projeto de lei ou decreto criando um sistema nacional de informação, que será a base de um plano nacional de combate à violência, cujo modelo será o mesmo adotado na Copa e tem na "integração" sua palavra-chave. "A segurança da Copa é **importante**, mas é preciso que o plano deixe um legado", disse ao Valor o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Esse "legado" é justamente a tentativa da integração das forças e a institucionalização do papel da União na segurança pública, uma atribuição que a Constituição deu aos Estados

#### "Plano da Copa passa pela integração"

Raymundo Costa | De Brasília

Nos próximos dias, a presidente Dilma Rousseff vai baixar um decreto criando uma secretaria especial de segurança para a Copa do Mundo, que vai coordenar todas as forças federais e estaduais, civis e militares de segurança durante o maior evento de futebol do planeta. Está para sair também medida provisória, projeto de lei ou decreto criando um sistema nacional de informação. Esse sistema será a base de um plano nacional de combate à violência cujo modelo será o mesmo adotado na Copa do Mundo e tem na "integração" sua palavra-chave. "A segurança da Copa do Mundo é **importante**, mas é preciso que o plano deixe um legado", disse ao Valor o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em sua primeira entrevista no cargo. Esse "legado" é justamente a tentativa da integração das forças e a institucionalização do papel da União na segurança pública, uma atribuição que a Constituição de 88 concedeu aos Estados.

Trata-se de um vespeiro que o **Governo Federal** pretende enfrentar com a principal arma de que dispõe: o dinheiro. Só receberá equipamentos, treinamentos e recursos o Estado que efetivamente participar do sistema nacional de informações (para se ter uma ideia da precariedade das informações com que trabalha o **Ministério** da Justiça, basta dizer que os dados sobre o número de homicídios no **Brasil**

são do SUS, bons para a saúde, mas de pouca valia para a segurança, como diz Cardozo).

Num **Ministério** que trata "da toga à tanga", ou seja, da relação com o Judiciário e a Funai, a pasta da Justiça acaba de aprontar um marco regulatório da internet, "sem constrangimento, sem supressão da liberdade", segundo o ministro. Ele já se prepara também para mudar o perfil da Secretaria de Direito Econômico, que passará a cuidar mais do consumidor, quando passar a lei que cria o Super-Cade.

**Valor: Faltam 36 meses para a Copa do Mundo e a percepção é que o governo está atrasado nas providências necessárias. Hoje talvez menos que antes, a violência é o grande problema para o turista que pensa em viajar ao Brasil. O que está sendo feito de concreto para resolver essa questão a tempo?**

"Nunca houve uma efetiva integração das forças policiais, não apenas no âmbito estadual. Também dos próprios entes"

José Eduardo Cardozo: Estamos trabalhando em duas vertentes. Uma questão é a ação de segurança pública no sentido permanente. Essa é uma prioridade da presidenta Dilma, o combate à violência, ao crime organizado e ao tráfico de drogas. Essa prioridade passa por ações que o **Ministério** vem desenvolvendo ordinariamente. A outra questão é a da segurança da Copa do Mundo. Embora as questões estejam obviamente ligadas, nós não podemos deixar de ter a compreensão de que a segurança da Copa envolve as especificidades de um grande evento. Por isso nós decidimos criar uma unidade específica do **Ministério** da Justiça que vai cuidar da segurança da Copa. O decreto ainda não saiu por uma mera questão de análise burocrática.

#### Valor: Como será essa unidade?

Cardozo: Já funciona e será formalizada nos próximos dias uma Secretaria Especial para a Segurança da Copa, que já está sendo comandada pelo delegado Botelho, da Polícia Federal, um especialista da PF na questão das próprias relações internacionais de polícia. Nós estamos fazendo um plano bastante detalhado sobre a Copa do Mundo, sobre aspectos específicos.

**Valor: É um projeto isolado do programa ordinário de segurança?**

Cardozo: A segurança da Copa do Mundo é **importante**, mas é preciso que o plano deixe um legado. Aquilo que for feito não deve se perder no evento da Copa, mas deve ser, do ponto de vista de aquisição de equipamentos e da definição de estratégias, algo que fique posteriormente e se incorpore às políticas permanentes de segurança pública.

**Valor: A secretaria será um órgão de coordenação ou também de execução?**

Cardozo: De coordenação e de execução. O Brasil tem uma característica diferente de outros países que fizeram a Copa do Mundo porque nós somos uma federação. As polícias são estaduais. Essa secretaria vai coordenar a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Força Nacional de Segurança, o apoio que as Forças Armadas nos darão, mas tem de integrar também as polícias dos Estados.

**Valor: Isso já foi combinado com os Estados?**

Cardozo: O próprio delegado Botelho já percorreu vários Estados, se não me engano 15, na perspectiva da construção desse plano.

**Valor: É a integração do que já existe?**

Cardozo: Não teria sentido criar um corpo específico. Nós vamos integrar as polícias, a inteligência, recursos de equipamentos, a operação e o comando. Nós vamos ter salas de comando integradas no país que permitam acompanhar toda a evolução. Tudo isso fica para a política permanente de segurança pública.

**Valor: Mas constitucionalmente a segurança é uma atribuição dos Estados, não será preciso mudar a legislação?**

Cardozo: É, mas hoje ela não pode mais ser vista assim. O problema não é legislativo. A Constituição define as competências. O que sempre existiu no Brasil? Primeiro nunca houve uma efetiva integração das forças policiais, e isso não apenas no âmbito estadual. Dos próprios entes. É muito comum, nos Estados, Polícia Civil e Polícia Militar não terem atuação integrada. No âmbito do Ministério da Justiça, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional de Segurança nunca atuaram de forma integrada. O Exército tem poder de polícia na zona de fronteira. Nunca atuamos de forma integrada. O que é que existe? Existe força policial que atua de forma dispersa sem integração e, portanto, por má

gestão. Acaba-se desperdiçando recursos. Todo o plano da Copa do Mundo passa pela integração. E toda a nossa política de segurança pública permanente passa por isso, de tal forma que aquilo que for conquistado como legado do plano de segurança da Copa vai obviamente ser incorporado à ideia de integração da segurança pública permanente. São coisas casadas.

"Pode até ser um decreto que obrigue os Estados. Quem não passar informação não receberá verba de segurança"

**Valor: Mas como integrar se não há sequer um cadastro nacional de segurança pública?**

Cardozo: Nós temos o Infosec, que é o sistema nacional de informações de segurança, mas as informações são imprecisas e nem sempre são abastecidas dentro de um padrão informativo, a ponto de o próprio mapa da violência que o MJ divulgou este ano, que mostra os dados referentes aos homicídios no país, usar os dados do SUS de 2008, que são os mais precisos. Estão três anos atrasados. E são dados do sistema SUS.

**Valor: Bons para a Saúde, mas ruins para a política de segurança.**

Cardozo: Isso é chave: não se consegue fazer política de segurança pública sem informação, porque sem informação não há como fazer gestão, planejamento, nada. Eu tenho que estar online. Ver aqui, por exemplo, que no Estado X subiu a taxa de homicídio. Então eu vou ligar para o governador e perguntar "O que está acontecendo no seu Estado?" Ele vai responder que há um grupo de extermínio funcionando no Estado. Eu desloco a PF para lá. Se eu tiver informação online, tenho condições de fazer gestão. Sem isso, não

**Valor: Sim, mas concretamente o que está sendo feito?**

Cardozo: Nós criamos um sistema nacional de informações que vai ser fruto de um projeto de lei ou de uma medida provisória, pode até ser um decreto que obriga os Estados a passar informações para nós. Quem não passar informação não receberá verba de segurança pública federal. Não passou a informação, tudo bem, você não vai receber a política federal de segurança.

**Valor: Isso requer investimento.**

Cardozo: Não basta só eu exigir. Alguns Estados não têm capacitação para coletar informação. Então nós vamos dar apoio do ponto de vista da informática, do treinamento. A

partir desse registro do sistema de informação nós vamos ter um plano nacional de combate à violência.

**Valor: Trata-se de uma alteração muito grande, que requer uma mudança de cultura na área de segurança. Não estamos muito atrasados em relação à Copa?**

Cardozo: O que já saiu? O primeiro foi o plano de fronteiras. Qual a questão central? O crime organizado e o combate ao crime organizado, especialmente na questão do narcotráfico, do tráfico de armas, do tráfico de pessoas e do contrabando que passa por uma situação de fronteiras. Nós temos um problema objetivo na questão das fronteiras que nós não podemos negar: nós temos mais de 16 mil quilômetros de fronteira terrestre. E mais, com uma característica: ela é entrecortada por grandes rios, por selva, ou seja, é uma fronteira complicadíssima. Fronteira hoje é um problema mundial. Veja os Estados Unidos, fizeram um muro e nem com o muro conseguiram controlar. Imagine o Brasil.

**Valor: Agora o cartel mexicano também está na fronteira?**

Cardozo: Claro. Você aperta (a repressão no México). Isso é um dado que nós estamos trabalhando. Nós temos situações de fronteiras inteiramente díspares. Uma coisa é Foz do Iguaçu (fronteira com o Paraguai), onde tem a Ponte da Amizade pela qual passam diariamente 17 mil veículos. Outra coisa é eu falar lá de Tabatinga, da tríplice fronteira com o Peru e a Colômbia. O principal em fronteira é inteligência. Eu não tenho como parar todos os carros, 17 mil, e fazer a revista em cada um para ver se tem cocaína. Não tem. Nunca as forças federais tinha se entendido nisso, nem as federais com as estaduais. Pela primeira vez o **Ministério** da Justiça e o **Ministério** da Defesa se sentaram para fazer um plano conjunto. Nunca tinham feito isso. Nós levamos um bom tempo. Primeiro porque eu tinha dificuldades de integração das minhas forças aqui. A Polícia Federal não participava da Operação Sentinela, que é a operação de fronteira.

**Valor: Por quê?**

Cardozo: Porque disputavam. Disputa corporativa.

**Valor: Como é o plano?**

Cardozo: São duas operações centrais: a Operação Sentinela e o Plano Ágata. A Operação Sentinela já existia, mas sem a Polícia Rodoviária Federal. Ela foi sendo redesenhada. Primeiro, a PRF entrou; segundo, determinamos elevação de efetivos; terceiro, detectamos os pontos vulneráveis da fronteira em conjunto com as Forças Armadas. Nós temos o mapa, só não divulgamos onde vamos atacar na

operação. Planejamos a operação com o apoio logístico das Forças Armadas. A Sentinela passou a ser feita com o apoio logístico do Exército e com integração. Então os homens da Polícia Federal foram passados para a inteligência. Eu não tenho que ter a Polícia Federal em situação ostensiva. Quem faz isso é a Força Nacional. A PF vai investigar e ter inteligência.

**Valor: E os vizinhos, reagiram?**

Cardozo: Também começamos a intensificar as relações com os outros países. Hoje nós temos adidos da Polícia Federal nos países, que ficam nas embaixadas. Nós começamos a ter programas de radicação da Polícia Federal em solo estrangeiro.

**Valor: Há algum apoio material e financeiro dos EUA?**

Cardozo: Não. Para esse programa não. Nós estamos negociando com a Bolívia um acordo trilateral entre Brasil, Bolívia e Estados Unidos. Isso está negociado, teve uns probleminhas, mas agora está acertado para ser assinado. Nós já entabulamos também um acordo com a Colômbia, o que será paradigmático em relação ao controle de fronteiras. Será assinado no começo deste mês.

**Valor: O sr. diria que o Brasil enfim assumiu no continente um papel de liderança nessa questão, conforme era cobrado?**

Cardozo: De relevância. Nós temos um papel **importante** pelas nossas dimensões, pelas características de maior equipamento da nossa polícia, do nosso Exército. Agora, sempre respeitando a soberania e a autonomia dos países. Às vezes você quer impor, não pode, tem que ser dialogado, construído bilateralmente.

**Valor: E o Plano Ágata?**

Cardozo: O Plano Ágata é comandado pelo **Ministério** da Defesa com o apoio do **Ministério** da Justiça. É o contrário. Não é permanente. São intervenções pontuais. Em locais que não vamos revelar haverá uma ação militar na fronteira, para combate ao tráfico, com o apoio da Polícia Federal. Isso vai ser feito já, já.

**Valor: O sr. informaria ao menos a estimativa orçamentária?**

Cardozo: Não, até porque nós mantemos um pouco de reserva sobre isso, porque quando você revela a planilha dos custos, você revela seu efetivo. Então esses dados nós estamos trancando um pouquinho. Há operações militares envolvidas.

Depois a gente vai dar. Neste momento nós estamos segurando um pouco as informações de efetivo, equipamentos. O plano é coordenado pelo vice-presidente da República. Serão incorporados também os **Ministérios** do Meio Ambiente e a Receita Federal. Está sendo discutida hoje a integração da Receita, porque essas organizações criminosas precisam ser asfixiadas. Aí é Receita.

**Valor: Vejo uma Polícia Federal menos voltada às ações espetaculares de combate a crimes do colarinho branco.**

Cardozo: Uma das coisas que nós vamos trabalhar a seguir é grupo de extermínio. Eles são responsáveis pela alta taxa de homicídios também. Outra coisa que nós estamos fechando é a questão prisional. Em números oficiais, nós temos cerca de 60 mil pessoas presas em delegacias de polícia, sem condições. Fora isso, temos um déficit carcerário violento no Brasil, com presídios e cadeias em más condições. Estamos discutindo um plano de construção de unidades prisionais.

**Valor: Os presídios podem ser privatizados?**

Cardozo: É uma das discussões, nós estamos ainda analisando, eu não tenho uma resposta ainda. Eu quero fazer um estudo sobre isso e levar à presidenta os prós e contras. Mas em vários países do mundo se usou o sistema das parcerias público-privadas (PPPs) para presídio. Poder de polícia não se delega no Brasil, até porque é um preceito constitucional. O que muitas vezes alguns países têm feito é a PPP para a parte de hotelaria.

**Valor: O Ministério da Justiça preparou um projeto de marco regulatório para a internet?**

Cardozo: É uma normatização. É uma garantia de atuação livre do espaço virtual, mas com marcos de regulação. Esse projeto não trata ainda dos crimes. Nós estamos trabalhando paralelamente num projeto de lei, um projeto que não é fácil de ser feito, que é da tipificação de condutas criminosas por abusos em situações do espaço da web.

**Valor: É possível normatizar a web sem...**

Cardozo: É possível, sem constrangimento, sem supressão da liberdade...

**Valor: ...ferir a liberdade de expressão.**

Cardozo: Eu te diria o seguinte: a própria liberdade de expressão é um direito que tem de ser garantido. Tem um jurista que dizia que "todo direito envolve a noção de limite". Quando você tem direito a alguma coisa, está embutido na noção de direito a ideia de limite. Porque se não tiver limite, o direito do outro será atingido.

**Valor: O espaço virtual é global, como normatizar sobre algo que é postado em outro país?**

Cardozo: Eu fico inibido de falar sobre o conteúdo do projeto porque ele ainda está sob análise da Presidência da República, e evidentemente quem dará a palavra final será a presidenta.

**Valor: Toca na questão da exploração econômica?**

Cardozo: Eu não quero adiantar o conteúdo, porque pode ocorrer de a presidenta mandar colocar uma coisa ou retirar outra. Não é correto de minha parte adiantar algo que pode ser alterado.

**Valor: O Cade levou dois anos para julgar a fusão da Sadia com a Perdigão. Nossa legislação está adequada a essa onda de fusões e incorporações no mundo das grandes empresas?**

Cardozo: O Cade é um órgão estruturalmente independente, autônomo e republicano. Eu não interferi em nada, mas achei que o resultado foi muito positivo, porque você conseguiu manter o equilíbrio em que a fusão foi garantida, mas também os direitos do consumidor e a concorrência não foram afetados. Agora, isso tem que ser aperfeiçoado. No mundo moderno esse problema da concentração, da concorrência merece cada vez mais atenção. Foi nessa perspectiva que o governo encaminhou projeto de lei, que está em fase final de aprovação, que cria o que se convencionou chamar de Super-Cade. É uma ampliação do Cade, há uma integração de setores do **Ministério** da Fazenda. A própria Secretaria de Direito Econômico vai deixar de existir nesse perfil para integrar o Super-Cade. Há uma tendência que a SDE, uma vez criado o Super-Cade, passe a ser uma secretaria de direito do consumidor. O que já existe hoje dentro da SDE. É quem aplica multas, manda fazer recall.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Avanço desigual da receita do <u>ICMS</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## Avanço desigual da receita do ICMS

**Responsável por mais de 80% das receitas tributárias estaduais, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) fechou o primeiro semestre com alta nominal de cerca de 12% da arrecadação na comparação com 2010**

**Consumo ajuda o caixa dos Estados, mas ritmo é muito díspar**

Contas públicas: Impostos sobre renda e lucro levam União a arrecadar mais que os governos regionais

Luciano Máximo, Bruno de Vizia e Júlia Pitthan | De São Paulo e Florianópolis

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) fechou o primeiro semestre do ano com alta nominal de cerca de 12% na comparação com os seis primeiros meses de 2010. Levantamento do Valor com base nas principais economias do país - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Goiás e **Amazonas**, além do Rio Grande do Norte -, mostra que esse crescimento é bem inferior ao resultado da arrecadação federal no ano e revela que o motor do crescimento de dois dígitos no recolhimento de ICMS varia muito de Estado para Estado.

Enquanto a demanda por serviços e bens de consumo no varejo explica o crescimento da arrecadação estadual, os impostos sobre a renda e sobre o lucro, além do fim dos incentivos fiscais que ainda vigoravam no começo de 2010, explicam a alta de 17% na arrecadação federal nos primeiros cinco meses do ano (último dado disponível). Na mesma comparação (janeiro a maio de 2011 e 2010), o ICMS recolhido em todos os Estados cresceu 10,2%, para R\$ 119,1 bilhões, segundo o Conselho de Política Fazendária (Confaz).

O assessor de política tributária da Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo, Pedro Paulo Cardoso de Mello, explica que os impostos federais são mais abrangentes e aproveitam o aquecimento do emprego, da renda e de todos os setores. "As bases de tributação são diferentes. O ICMS é o imposto essencialmente do consumo, já os tributos federais, salvo o IPI, pegam a economia como um todo."

Amir Khair, especialista em contas públicas, acredita que a contribuição dada pelo crescimento da massa salarial, que gera maior recolhimento de INSS, FGTS e imposto de renda sobre salários retidos na fonte, vai continuar a ajudar a arrecadação federal até o fim do ano. Além disso, diz, "a agricultura vai contribuir um pouco mais no segundo semestre, porque há um crescimento bastante expressivo da safra neste ano, fator que vai gerar mais compra de tratores, implementos agrícolas e insumos, além de aumentar o faturamento de outros setores".

Já o economista-chefe da corretora Convenção, Fernando Montero, prevê desaceleração da arrecadação federal no segundo semestre. "Vai haver uma desaceleração no Imposto de Renda e no imposto sobre lucro das empresas, pois um bom pedaço dessas arrecadações reflete resultados do ano passado." Essa também é a percepção das fazendas estaduais.

Embora o ritmo ainda aquecido da economia brasileira no primeiro semestre também favoreça o avanço das receitas de ICMS, a arrecadação do tributo é muito heterogênea. Pernambuco registrou o maior crescimento no recolhimento do tributo nos primeiros seis meses do ano em comparação com o primeiro semestre de 2010, com variação nominal de 21,29%. Na outra extremidade, a Bahia arrecadou 4,07% mais no período.

O secretário estadual da Fazenda de Pernambuco, Paulo Câmara, conta que os investimentos em andamento no Estado explicam a forte arrecadação, que fechou o semestre em R\$ 4,7 bilhões. "Vivemos um bom momento, com uma refinaria em construção, obras viárias para a Copa do Mundo e recorde de movimentações no porto de Suape. Só o ICMS que incide sobre o atacado da construção civil teve alta corrente de 38% até junho."

Em Goiás, a arrecadação de ICMS no semestre também veio forte, com crescimento nominal de 16,58% sobre o mesmo período de 2010. Mas a estratégia do Estado para justificar os R\$ 4,6 bilhões em receitas se baseou na criação de um programa para cobrar dívidas atrasadas durante os meses de fevereiro, março e abril e também na adoção da substituição tributária nos setores de bebidas alcoólicas quentes (uísque,



vinho, cachaça) e de autopeças - esse mecanismo dificulta a sonervação ao antecipar para a indústria a taxaço de todo o **ICMS** da cadeia produtiva.

"Só com a recuperaço de créditos conseguimos R\$ 300 milhões, valor que é a metade da nossa arrecadaço mensal. Também fomos bem na substituiço tributária, tanto é que estudamos ampliar para outros setores, como raço", informa Simão Cirineu Dias, secretário da Fazenda de Goiás.

A arrecadaço nominal de **ICMS** em Santa Catarina cresceu 18,5% no semestre sobre igual período de 2010, chegando a R\$ 6,1 bilhões. Segundo o diretor da Secretaria Estadual da Fazenda, Almir Gorges, o setor industrial foi o principal responsável pela elevaço. Considerando informações setoriais até maio, o setor de combustíveis, principal pagador do tributo, teve alta de apenas 5,7%, enquanto a agroindústria cresceu 42,5%, a indústria metalmeccânica, 68%, e o segmento de automóveis e autopeças teve aumento de 42,2%.

Para Gorges, a receita está atingindo os índices de crescimento projetados. "O problema são os desembolsos", disse. Em maio, a folha de pagamento respondia por 41,3% da receita corrente líquida do governo estadual, relaço que aumentará com o reajuste dos professores a partir da definiço do piso nacional da categoria, aprovado quarta-feira pelos deputados catarinenses. A estimativa da Fazenda é que a alta salarial provoque impacto de R\$ 469 milhões no ano, cerca de R\$ 36 milhões ao mês. O governador Raimundo Colombo (sem partido), aprovou reajuste para os funcionários da Saúde, o que representará aumento de R\$ 30 milhões no ano.


Em São Paulo, a receita com o tributo superou os R\$ 48 bilhões no semestre, crescimento nominal de quase 11% em relaço aos R\$ 44 bilhões recolhidos de janeiro a junho do ano passado. Cardoso de Mello, da Fazenda estadual, explica que os recursos recebidos com o tributo este ano

continuaram equilibrados, com divisão praticamente igual entre indústria, **comércio** e serviços e preços administrados (combustíveis, energia e telecomunicaço).

"Como a economia paulista é muito diversificada, não dependemos de um setor especificamente. Os setores que mais crescem estão ligados principalmente ao mercado interno", explica Cardoso de Mello. De janeiro a maio, a arrecadaço de **ICMS** em São Paulo na indústria cresceu 8,5% sobre o ano passado, com destaque para o setor plástico, com variaço de 19%. O **ICMS** de **comércio** e serviços cresceu 12,5% nos primeiros cinco meses do ano, e o principal responsável foram as cobranças nas concessionárias de veículos, com alta de 15,4% - as variaço não levam em conta a inflaço.

O melhor desempenho do **ICMS** paulista entrou na categoria preços administrados, que teve alta nominal de 14,5% de janeiro a maio. A maior variaço, de 22,5%, ficou na conta combustíveis. "Em 2006, reduzimos a alíquota do etanol de 25% para 12% e mantivemos a da gasolina em 25%. Como faltou álcool no mercado no ano passado, e este ano o produto estava muito caro, tivemos perda grande na arrecadaço sobre o consumo de etanol. Isso estimulou a procura por gasolina, cuja tributaço é maior", diz Cardoso de Mello.

Na visào das secretarias estaduais de Fazenda, o segundo semestre reserva duas tendências para a arrecadaço de **ICMS**: acomodação e desaceleraço do atual ritmo de evoluço das receitas. "Pelo comportamento do **PIB** e da inflaço, nossa arrecadaço vai arrefecer. Na verdade, tende a cair, mas vamos dar muito trabalho à fiscalizaço e tentar fechar o ano com crescimento nominal de 10%", diz Cirineu Dias, de Goiás. Em Pernambuco, será difícil manter o ritmo de crescimento nominal superior a 20% do primeiro semestre. "A margem de comparaço para este ano é muito maior do que tivemos em 2009", diz o secretário da Fazenda, Paulo Câmara.

	VEÍCULO <b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo prepara a troca de material didático por tablet</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Editais para compra de material escolar de 2014 preveem conteúdo digital. Editoras organizam-se para atender à demanda**

**Carolina Pereira e Regiane de Oliveira**

Várias escolas da rede pública do Estado de São Paulo ficaram sem livro didático no início do primeiro semestre. Problemas de logística do fornecedor, que entregou o material a partir de abril, teriam provocado o atraso. O caso é considerado pontual pelo **Governo Federal**, mas não minimiza o prejuízo aos alunos. Nada disso ocorreria se, em vez de encomendar os livros e aguardar por meses a entrega, a escola pudesse baixar os conteúdos em seu servidor e disponibilizá-los aos estudantes por meio de tablets, por exemplo. Sonho? Não pelos planos do governo.

A **produção** de conteúdos para tablets deve fazer parte do edital de licitação do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2014, cujos livros serão entregues ainda em 2013. Ao menos é o que esperam as principais editoras fornecedoras do governo, que, mais do que migrar seus conteúdos impressos para versões digitais, disputam a criação de conteúdos interativos adequados às novas demandas da educação. "O foco é sair do ensino de massa, para um ensino individualizado. E as novas tecnologias vão permitir isso", diz Tadeu Terra, diretor de mídias digitais da Pearson Brasil.

O movimento no país é mais lento se comparado ao da Coreia do Sul, que deve investir US\$2 bilhões nos próximos quatro anos para substituir os livros didáticos por conteúdo digital via tablet. Porém, os planos aqui são mais audaciosos. Está em jogo não só o orçamento atual do PNLD, de R\$ 1,3 bilhão para 2012, mas também o potencial de aumentos dos recursos para a educação, com as discussões sobre novo Plano Nacional de Educação, que está na Câmara e deve ser votado ainda neste ano. A expectativa é que as verbas passem de 5% do Produto Interno Bruto para 7% pelo menos.

As maiores editoras de livros didáticos se preparam para essa demanda, que já ocorre por parte dos colégios particulares. A Abril Educação, que engloba as editoras Ática e Scipione, está testando o potencial deste mercado com o livro Cidadão de Papel, de Gilberto Dimenstein, o primeiro a ter versão para tablet. Segundo Ana Ralston, diretora de

tecnologia da empresa, foram dois meses para desenvolver o produto, que tem mais de 200 recursos interativos integrados. A obra é usada em algumas escolas em aulas de cidadania para o ensino médio e é uma maneira de a editora ver qual será a aceitação para o formato.

Em 2012, a Abril acredita que cem dos seus 3 mil títulos didáticos terão formato digital. Por enquanto, a demanda se limita aos grandes colégios particulares, principalmente de São Paulo, mas Ana espera que dentro de dois anos o governo também comece os processos de compra deste tipo de material. "Vai haver uma ampliação da avaliação dos conteúdos digitais", diz.

No mercado de livros didáticos em papel, a Abril Educação é hoje a principal fornecedora do PNLD, com 558 títulos, um contrato de cerca de R\$ 270 milhões. Os esforços da empresa, agora, se concentram no preparo para a demanda por digital.

Outra grande editora, a Positivo, também caminha nessa direção. Ela vai lançar ainda este ano conteúdos para tablet. Todas as 2,4 mil escolas conveniadas ao sistema Positivo de ensino poderão usar o material em 2012 e, segundo Emerson Santos, diretor geral da editora, por enquanto não é cobrado valor adicional pelo material. "As novas edições já nasceram pensadas para a plataforma digital", diz. "Os alunos hoje vivem em um mundo mais interativo, é preciso estimular o uso de conteúdo digital".

Para o PNLD, Santos acredita que a maior dificuldade para o governo não seja a tecnologia, e sim o modelo de ensino, que precisa ir além do convencional. "Ninguém ainda tem a resposta sobre o que vai acontecer, mas a preocupação existe", afirma. Hoje, a Positivo é a quarta maior fornecedora do governo, com 114 títulos disponibilizados em 2011, no valor total de R\$ 27,1 milhões.

**Das dez maiores editoras, sete migram para livro digital**

FTD, Moderna e Melhoramentos estão entre as que têm versões para tablets de seus conteúdos

O **Ministério** da Educação confirmou que o governo estuda implantar um programa de educação digital com uso

de tablets em conjunto com o material tradicional do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). O primeiro passo para isso foi a medida provisória, publicada em maio que dá benefícios fiscais aos tablets feitos no país, visando reduzir em até 36% os preços e tornando-os mais acessíveis.

Segundo levantamento feito pelo **BRASIL ECONÔMICO** com as dez maiores editoras de material didático do país, sete já têm projetos de migração e criação de conteúdo digital para tablets. A Saraiva informou por meio de sua assessoria de imprensa que não tem projetos e duas editoras não responderam. A FTD, que vendeu R\$ 162,9 milhões ao PNLD, lança no segundo semestre seu primeiro catálogo de livros de literatura digitais. “Trabalhamos com projeto em livro didático pensando no longo prazo, porque o desafio é desenvolver conteúdos específicos para a nova mídia, com linguagem diferenciada”, diz Antônio Luiz Rios, **Superintendente** da empresa.

E ela não é a única de olho neste mercado. A Editora Moderna, segunda maior no ranking de fornecedores do PNLD, também trabalha na adaptação do conteúdo digital aos tablets, além de já ter no mercado produtos como o Moderna Plus, um material híbrido que une papel e conteúdo digital.

Segundo Eduardo Cardoso Júnior, diretor de tecnologia educacional da Aymar, que quer consolidar a venda de livros para o governo, não há como dissociar a tecnologia dos projetos pedagógicos. “O advento dos tablets materializou essa integração, mas não acreditamos que os livros em papel vão acabar. Só ganharão uma função diferente no futuro”, diz, ressaltando que a editora também conta com projetos para tablets.

Por enquanto, de acordo com Breno Lerner, **Superintendente** da editora Melhoramentos, a demanda por livros em formato digital, como os dicionários da linha Michaelis, ainda é pequena e surgiu no último semestre. “Cerca de 15 escolas já se interessaram, mas há seis meses o número era zero, o que mostra a rápida mudança do mercado”, afirma. A Melhoramentos fornece dicionários para o PNLD e vende estas obras nas lojas da Apple e no Android Market para download. Segundo Lerner, o aplicativo do dicionário de português ficou entre os dez mais baixados da loja da Apple no ano passado.

“Mais do que discutir o formato, temos que analisar a mudança pedagógica que é necessária para de fato fazermos uma revolução. Muitas empresas estão apenas usando os tablets como leitores digitais”, afirma Tadeu Terra,

diretor de Mídia Digital da Pearson do Brasil. A empresa trabalha com a criação de ambientes virtuais de aprendizado, de olho em promover a autonomia do estudante. “Os principais desafios para a utilização de tablet hoje é, além do custo, ainda elevado, a existência de banda larga que suporte a operação, e a capacitação dos professores”. Neste ano, 7,8 mil alunos de unidades parceiras da Pearson usam notebooks, netbooks e tablets.

### **Lucratividade**

A inovação, porém, preocupa as editoras. Segundo Arnaldo Saraiva, diretor da Nova Geração, estima-se que para cada R\$ 1.000 que uma editora fature hoje com livro de papel, vai faturar, no máximo, R\$ 200 vendendo conteúdo digital. “Em 2012, vai haver uma debandada geral para a educação digital”, afirma. Saraiva diz que o “negócio editorial didático encontra-se numa encruzilhada”, porque 90% da receita vem do PNLD.

### **C.P. e R.O.**

#### **Faculdades querem sair na frente**

Enquanto as editoras ainda estudam as melhores formas de trabalhar com o conteúdo do ensino básico nos tablets, as faculdades saíram à frente, por causa do potencial atrativo da nova mídia no imaginário dos alunos. A Estácio, que atua em 16 estados, vai distribuir, a partir do dia 12 de agosto, cerca de 6 mil equipamentos myPad, da marca Semp Toshiba. Os equipamentos estarão disponíveis para alunos que ingressam em Direito nas faculdades do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e em Gastronomia do Rio e São Paulo. No mercado, o preço deste tablet varia de R\$ 1,3 mil a R\$ 1,6 mil.

O material didático da Estácio é composto por capítulos integrais de obras de cada disciplina, fruto de uma parceria com a Associação Brasileira dos Direitos Reprográficos. E a distribuição do material digital avança rapidamente. A meta da instituição é que, em até quatro anos, todos os alunos ingressantes tenham o conteúdo via tablets, diz Pedro Graça, diretor de marketing. Foi feita uma parceria com a Claro para que os estudantes possam acessar gratuitamente as páginas da instituição quando estiverem usando internet 3G pré-paga.

A Faculdade Paulista de Pesquisa e Ensino Superior (Fappes) adquiriu tablets da marca Coby para os cerca de 500 alunos que devem ingressar no curso de Administração neste semestre. Segundo Leandro Berchielli, diretor geral da Fappes, o custo do produto é diluído por um ano, garantido pela fidelidade do aluno. “Ao fazer a matrícula, os estudantes

deixam cheques para os 12 meses de estudo”, diz. A vantagem é que, ciente da fidelidade, a faculdade pretende trocar os equipamentos periodicamente, seguindo o avanço da tecnologia.

#### **R.O.**

Em colégios particulares, novas tecnologias fazem parte da aula

Alunos de todas as faixas etárias têm dispositivos eletrônicos como complemento educacional. Mas, além do custo dos equipamentos, a preocupação de adaptar material didático para novas mídias impede uso intensivo Priscilla Arroyo

Enquanto as escolas públicas devem esperar até 2014 para ter os primeiros tablets dentro das salas de aula, nos colégios particulares, a migração tecnológica já começou e abrange alunos de todas as idades. A preocupação recorrente é não restringir o computador a objeto da moda. Ele tem que ser protagonista de um novo modelo pedagógico.

Os alunos de 4 a 15 anos do Colégio Visconde de Porto Seguro, um dos mais tradicionais da capital paulista, depois das férias de julho, poderão usar a nova ferramenta. As disciplinas de língua portuguesa, física e ciências foram escolhidas para testar a novidade. A direção investiu cerca de R\$ 600 mil para disponibilizar 150 tablets para uso dos alunos e 90 notebooks para os professores. A previsão é de que mais aparelhos sejam adquiridos no próximo semestre. Renata Guimarães Pastore, diretora de Tecnologia da Educação do colégio, afirma que a novidade ainda não está na mão das crianças porque existe a preocupação de primeiro preparar os professores, que estão em treinamento desde maio. “Precisamos avaliar a aplicação didática da tecnologia antes de levá-la para a sala de aula”, diz Renata.

No próximo semestre, os tablets devem ajudar na alfabetização das crianças, que terão um material didático exclusivo, desenvolvido por profissionais contratados para isso. “Existe uma carência de aplicativos pedagógicos, principalmente em português”, diz Renata, sobre a necessidade de criar conteúdo próprio para as aulas.

O Colégio Dante Alighieri, também em São Paulo, começou neste ano um projeto piloto que deixa 50 tablets à disposição dos alunos. A ideia é observar como se dá a interação dos estudantes com o equipamento para depois ampliar a iniciativa. Valdenice Minatel, coordenadora de tecnologia educacional do Dante, diz que o colégio quer acompanhar a evolução tecnológica, mas lembra que é

preciso ter cuidado com a transição. “O desafio é adaptar o material didático para o tablet. O mercado está ansioso, as escolas também, mas precisamos de consciência pedagógica para que a ferramenta não vire mais um penduricalho para as crianças”.

#### **Sucesso comprovado**

No Colégio Israelita Brasileiro, de Porto Alegre, os tablets ganharam espaço diante da necessidade de adaptação do mobiliário para que alunos de 4 a 6 anos tivessem aulas diante de um computador pessoal. “Percebemos que seria mais barato adquirir a nova tecnologia do que reformar os móveis. Então o tablet veio para a sala de aula, complementando um espaço que já era dos alunos”, diz Ana Margarida Chiavaro, coordenadora de educação infantil.

A coordenação pedagógica encontrou na nova ferramenta um **importante** apoio para a alfabetização. “Reunindo a criatividade do professor com a nova tecnologia, tivemos muitos ganhos. Os tablets motivam os alunos, e os professores conseguem desenvolver diversos conteúdos”, diz Ana. Para ela, as escolas precisam acompanhar a evolução da sociedade. “A atenção das crianças com a tecnologia redobra. Nós procuramos mesclar o concreto com o digital. Enquanto a professora ensina a grafia das letras, desenhando na areia, por exemplo, os alunos estão com os tablets no colo imitando o traçado”, afirma.

Embora a tecnologia encante, os educadores não descartam métodos tradicionais, que incluem caderno, lápis e borracha. “Estamos caminhando para o digital. Existem mais títulos no impresso ainda, porém, acredito que haverá a inversão desse quadro em pouco tempo, mas não extinção dos livros”, diz Valdenice, do Dante Alighieri.

#### **CURRÍCULO**

Tecnologia vai permitir a mudança de uma escola de massa, produto da Revolução Industrial, para uma escola cujo ensino é individualizado.

A migração para tablet promete mudar os formatos de aula, pois interatividade, tira o foco do professor, como detentor do conhecimento, e devolve para o aluno, que ganha mais autonomia em seu aprendizado.

Empresas nacionais, em linha com a demanda do governo, começam a criar produtos para a nova tecnologia.

Sem recursos federais, Um Computador por Aluno empaca

Projeto ambicioso de adquirir notebooks para estudantes da rede pública esbarra na falta de recursos municipais para comprar, mesmo com financiamento, os equipamentos. Das mais de 5 mil prefeituras, apenas 119 aderiram

Priscilla Arroyo e Regiane Oliveira

A movimentação das empresas em torno das expectativas de ações do governo para a área de educação não é privilégio da área editorial no que diz respeito à migração de conteúdo impresso para os tablets.

Há cerca de cinco anos, quando os projetos que defendiam um computador por aluno começaram a sair do papel - em vários lugares no mundo e também no Brasil -, as empresas começaram a investir na produção de computadores baratos, interessadas na potencial carteira de clientes do Governo Federal.

O projeto não andou como esperado aos olhos do mercado.

Na prática, o programa Um Computador por Aluno (Uca) teve início em 2008 por iniciativa da União. Na primeira fase, ela comprou 122.650 notebooks. Depois, a demanda praticamente parou por falta de recursos dos parceiros do projeto.

Beneficiada com a primeira fase do projeto, a Prefeitura de Nova Hamburgo (RS) recebeu 555 laptops para atender duas escolas.

O Governo Federal se responsabilizou pelo servidor de internet e pela capacitação dos professores. A prefeitura ficou responsável pelo projeto de implantação, com custo de R\$ 25 mil para cada escola.

“Nos espelhamos nas escolas públicas de nível fundamental do Uruguai, que já são informatizadas há quatro anos”, diz Marcia Schuler, secretária de tecnologia da informação da Prefeitura de Nova Hamburgo. Não fossem os recursos federais, a cidade não teria condições de arcar com um financiamento do projeto. “Na contrapartida, já tivemos que pagar R\$ 50 mil para reforma da parte elétrica das escolas”, diz.

O problema que é, a partir da lei nº 12.249/2010, os municípios passaram ter que desembolsar recursos próprios, ou utilizar a linha de financiamento de R\$ 660 milhões, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para adquirir os notebooks. Nesta segunda fase,

segundo dados do Ministério da Educação (Mec), 119 municípios aderiram ao programa.

### **Computador do professor**

Mais realista que um computador por alunos é o programa Computador do Professor, da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, que financia a aquisição de notebooks para docentes. O estado custeia os juros, e os professores, o valor do equipamento. A primeira etapa, iniciada em 2009, permitiu a compra do equipamento para 43.706 servidores. Neste ano, a previsão é que mais 21.293 adquiram o equipamento. Embora a iniciativa seja bem-vinda, o estado de São Paulo ainda tem escolas que não possuem laboratórios de informática. Das cerca de 500 unidades da rede estadual, 153 ainda esperam a instalação de computadores. Projetos do governo que despertam o interesse das empresas

### **PNLD**

#### **R\$ 1 bi**

foi usado para a compra de 136 milhões de livros didáticos em 2011.

Outros R\$ 151 milhões foram para a distribuição do material a 37 milhões de alunos.

### **PROUNI**

254,5 mil bolsas devem ser distribuídas pelo programa este ano.

Cada estudante recebe, em média, R\$ 300 para o pagamento da mensalidade da faculdade.

### **SISTEMAS DE ENSINO**

#### **505 mil**

era o número de alunos de escolas públicas que usavam material didático vendido por editoras até 2010, segundo dados da Fundação Lemann.

### **PRONATEC**

#### **R\$ 1 bi**

deve ser aplicado pelo programa de ensino técnico, sendo R\$ 700 milhões em bolsas e R\$ 300 milhões pelo Financiamento Estudantil (Fies).